

O futuro das instituições políticas

Especialistas consultados pelo IEA revelaram otimismo em relação ao futuro da democracia no Brasil. O levantamento foi feito no final de 2004, como parte da participação do Instituto no Projeto Brasil 3 Tempos, do governo federal. Os resultados da pesquisa e outros temas estratégicos para o País foram debatidos em agosto e setembro no ciclo de seminários que inaugurou um novo programa do IEA: "Brasil: o País no Futuro – 2022".

Esse otimismo não é acompanhado de boas perspectivas para reformas nas instituições políticas e em alguns temas econômicos, a não ser na estabilidade monetária. Segundo

o cientista político Bolívar Lamounier, parece haver uma percepção de que as esferas econômica e institucional sejam independentes, com o nível de desenvolvimento e complexidade da sociedade brasileira permitindo supor que a economia não seja facilmente contaminada por crises políticas.

O ciclo teve também seminários sobre "Relações Internacionais e Território", "Desenvolvimento Urbano e Segurança Pública", "Economia e Seguridade Social", "Conhecimento" e "Meio Ambiente".

Páginas

2 e 3

Agroenergia e geração de empregos

"Se há um país onde a saída da civilização do petróleo é possível, num período de 20, 30 anos, para a construção de uma civilização moderna de biomassa, esse país é o Brasil". A opinião é do ecossocioeconomista Ignacy Sachs, do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França.

No entanto, Sachs observa que não se deve reduzir a questão da saída da civilização do petróleo unicamente a desenvolvimentos tecnológicos. Para ele, o problema deve ser recolocado a partir

Páginas

4 e 5

da perspectiva de uma estratégia energética bem mais ampla, onde a variável principal é

aquela energia menos ou não-poluente e muitas vezes a mais barata, ou seja, aquela energia que se deixa de consumir: "É preciso discutir estilos de vida, a substituição do transporte individual pelo coletivo, a feição futura das cidades, entre muitas outras coisas".

Para Sachs, a mudança para a civilização da biomassa permitirá atacar grandes problemas do século 21, entres os quais o maior e mais difícil problema social: a falta de trabalho decente para todos.

Revista: a segunda parte do dossiê sobre a Amazônia

Página

6

Oficina define propostas para o combate à desnutrição

Página

7

Impactos das mudanças globais na América do Sul

Página

8

Agora você pode assistir aos eventos do IEA a qualquer hora:

www.usp.br/iea/online/vidioteca

USP FM

93.7

CONTEXTO

Domingo . 10h30

Um programa produzido pelo IEA

O futuro das instituições políticas

O contraste entre o otimismo e as dificuldades para reformas

Em seminário realizado em agosto, cinco cientistas políticos debateram no IEA os rumos das instituições políticas brasileiras. A discussão teve como referência os resultados alcançados pela equipe do Instituto que trabalhou no Projeto Brasil 3 Tempos, do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República. O evento foi o primeiro do ciclo de seminários que inaugurou o programa Brasil: o País no Futuro — 2022. Os principais temas debatidos foram a visão otimista para o futuro das instituições surgida na consulta feita pelo IEA a mais de cem especialistas e naquela feita pela coordenação do projeto do NAE, o perfil atual da reflexão acadêmica e as dificuldades para uma reforma política.

Bolívar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, foi o expositor. Os debatedores foram: Amaury de Souza, da MCM Consultores Associados; Rogério Arantes, do Departamento de Política da PUC-SP; Antônio Octávio Cintra, da Câmara dos Deputados; e Gildo Marçal Brandão, do Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP.

Na sua exposição, Lamounier comentou os resultados da consulta pública feita pelo Projeto Brasil 3 Tempos. Disse que chama a atenção nas respostas a discrepância entre o elevado otimismo sobre a consolidação da democracia (78% de probabilidade) em contraste com a possibilidade de aperfeiçoamento do sistema partidário (44%) e do sistema judiciário (44%), com contraste ainda mais forte com questões de caráter econômico, apesar do otimismo também em relação à estabilidade monetária (70%).

Segundo Lamounier, esses números apontam para um fato real: “Qualquer democracia no mundo começou com um sistema representativo oligárquico e foi obra de 150, 200 anos. Já percorremos boa parte

Seminário teve a participação de (a partir da esq.) Amaury de Souza, Rogério Arantes, Antônio Octávio Cintra, Bolívar Lamounier, Gildo Marçal Brandão e Guilherme Leite Dias (coordenador do ciclo)



do caminho. Se comparado com os países da América Latina, África e países pobres da Ásia, o Brasil possui instituições políticas robustas, razoavelmente eficientes e democráticas”.

Para ele, esse otimismo em relação ao desenvolvimento democrático seria plausível porque “o nível de desenvolvimento e complexidade da sociedade brasileira já permitiria supor que a economia não seja facilmente contaminada por crises políticas”.

Ao comentar as resistências a reformas institucionais no País, Lamounier disse identificar duas matrizes predominantes de pensamento: “Uma está relacionada ao conteúdo das propostas e à discordância sobre elas; a outra engloba posições que chamo de burkeanas [do filósofo político conservador Edmund Burke (1729-1797)], nas quais só o que é produzido lenta e cumulativamente é bom e tudo que é criado deliberadamente é frágil”.

Souza apresentou um resumo dos resultados atingidos em 2004. O cenário mais provável (e desejável) para o País em 2022 é o que foi chamado de “Equilíbrio Republicano”. Seus principais componentes são: federalismo cooperativo (aumento significativo da descentralização governamental, com redefinição de atribuições e redistribuição de receitas entre União, estados e municípios); fortalecimento do Congresso Nacional (com a desvinculação de receitas e adoção de um orçamento impositivo); e crescimento da vigilância popular.

Consideradas as dispersões em torno da média das opiniões dos especialistas consultados, surgiram dois outros cenários contrastantes. O primeiro foi batizado de “Fragmentação Conflituosa”, com a permanência dos atuais atritos dentro da Federação e entre o Executivo e o Legislativo. O segundo foi chamado de “Democracia Tutelada”, com forte controle do Executivo sobre a vida institucional e política.

Segundo Arantes, o diagnóstico do IEA se concentrou na dimensão da representação e deixou de fazer referência ao tema da difícil governabilidade no sistema presidencialista: “O balanço rende-se ao conceito mediano do momento: o ‘presidencialismo de coalizão’. Sob essa nova ótica, teríamos problemas de representação, de responsividade e de ‘accountability’ concentrados nas dimensões eleitoral e partidária, mas não teríamos problema de governabilidade”.

Arantes frisou que restaria examinar melhor dois pontos de intersecção entre as agendas renovadas de reforma do Estado e de reforma política desenhadas pelos participantes da consulta do IEA: 1) as hipóteses aventadas de desconstitucionalização de áreas específicas, como o sistema tributário e a segurança pública, colocam em evidência a necessidade de se investigar de modo amplo o modelo adotado em 1988, que agravou as exigências do processo decisório de elaboração e ratificação de normas envolvendo os três Poderes. 2) a eficácia do Estado e o aperfeiçoamento do sistema representativo requerem que se analise a importância do federalismo na configuração dos partidos e do sistema partidário.

Para Cintra, os estudos sobre questões institucionais progrediram muito nos últimos 20 anos e, à medida que avançaram, “começaram a surgir juízos mais nuançados, o que levou a uma crescente inibição normativa”. No entanto, destacou que ainda são feitas leituras erradas de várias coisas: “A idéia de um modelo similar ao alemão [voto distrital misto] é rejeitada liminarmente. No Brasil, considera-se que o sistema alemão não é proporcional por causa do voto distrital, o que é uma tolice, porque o número de parlamentares que aumenta em função da votação de cada partido é o de deputados da lista, enquanto o número de deputados distritais é fixo”.

Outro problema sublinhado por Cintra é a “sacralização do voto como uma escolha pessoal”, sendo inadmissível o voto em lista. “No sistema atual, há incentivo para que cada deputado busque fontes de financiamento para melhorar sua classificação”. Ele contestou também o argumento freqüente de que o voto em lista vai gerar caciquismo: “Em Estados mais atrasados, a votação em lista vai continuar fortalecendo oligarquias; nos Estados mais modernos, os partidos inteligentes vão procurar fazer listas mais representativas da sociedade”.

Brandão disse que a crise política em razão das denúncias de corrupção envolvendo o PT e o debate ocorrido no seminário o levaram a pensar que as conclusões atingidas pelo IEA precisam ser um pouco alteradas. “Ninguém imaginava uma crise como a atual e que os cientistas políticos negam a existência. Há uma crise da política e do conhecimento da crise. O paradoxo da experiência democrática brasileira é que ela gerou uma intelectualidade extremamente conservadora”.

Para ele, há um problema anterior à melhoria do funcionamento do sistema político: “O presidencialismo de coalizão é um sistema que implica numa fraude eleitoral permanente, pois há uma assimetria entre as alianças que um partido faz para ganhar a eleição e as alianças que faz para governar”. 

Ciclo iniciou novo programa

O ciclo de seminários de agosto e setembro foi a primeira atividade do novo programa do IEA, Brasil: o País no Futuro – 2022, coordenado por Geraldo Forbes, pesquisador visitante do Instituto.

O ciclo teve coordenação de Guilherme Leite da Silva Dias, da FEA/USP, coordenação adjunta de Gildo Marçal Brandão, da FFLCH/USP, e secretária executiva de Alexandre Polesi, da Prospectiva Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais. Além do seminário sobre Instituições Políticas, foram realizados cinco outros, com os seguintes temas e participantes:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E TERRITÓRIO - expositores: Sebastião Velasco e Cruz (IFCH/Unicamp) e Ricardo Sennes (Prospectiva Consultoria); debatedores: Oliveiros Ferreira (FFLCH/USP e PUC-SP), Antonio Carlos Robert Moraes (FFLCH/USP), Sergio Fausto (IFHC) e Nina Ranieri (FD/USP);

DESENVOLVIMENTO URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA – expositor: Luiz Eduardo Soares (Uerj e UCM); debatedores: Regina Meyer (FAU/USP), Bruno Paes Manso (Instituto Fernand Braudel) e Eduardo Marques (Cebap);

ECONOMIA E SEGURIDADE SOCIAL – expositor: Guilherme Leite da Silva Dias (FEA/USP); debatedores: Paulo Furquim de Azevedo (FGV-SP), Leda Paulani (FEA/USP) e Hélio Zylberstajn (FEA/USP);

CONHECIMENTO – expositor: João Steiner (IAG/USP e IEA); debatedores: Simon Schwartzman (IETS), Angela Uller (Coppe/UFRJ) e Naércio Aquino Menezes Filho (FEA/USP);

MEIO AMBIENTE – expositor: Enéas Salati (FBDS); debatedores: Jacques Marcovitch (FEA/USP e IEA) e Pedro Leite da Silva Dias (IAG/USP e IEA).

Os vídeos dos seminários estão em www.usp.br/iea/online/videoteca. No site do programa (www.usp.br/iea/futuro) podem ser consultados vários textos de referência. 

Agroenergia e geração de empregos

*A caminho de uma moderna
civilização da biomassa*

“Os biocombustíveis chegaram à sua maioria”, assegura Ignacy Sachs, co-diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) da França.

Na conferência “Da Civilização do Petróleo a uma Nova Civilização Verde: Biomassa, Nova Matriz Energética e Agricultura Familiar”, no final de junho, o ecossocioeconomista (como ele prefere ser identificado) disse que a chegada dos biocombustíveis à vida adulta deve-se a três fatores: elevados preços do petróleo em razão da proximidade do pico da produção mundial nos próximos 10 a 20 anos e uma demanda em contínuo crescimento; dificuldades geopolíticas, com os custos cada vez maiores para os EUA e seus aliados manterem as linhas de abastecimento a partir do Oriente Médio, tornando-se mais vantajoso investir em alternativas do que continuar a administrar essa situação; e razões ambientais, pois “é evidente que o Protocolo de Kyoto ainda será altamente ineficiente para a redução das emissões de gases de efeito estufa, mesmo que seja realizado integralmente”.

Esses três fatores fizeram com que Amory Lovins, um eminente especialista norte-americano em questões energéticas, publicasse recentemente o livro “Winning the Oil Endgame” (Vencendo a Partida Final do Petróleo), um relatório co-financiado pelo Pentágono. Sachs explicou que o argumento de Lovins é apoiado essencialmente no desenvolvimento de uma nova geração de automóveis ultraleves, que consumiriam menos da metade dos veículos atuais: “Metade dessa redução estaria relacionada com o menor peso dos automóveis, outros 25% viriam com o programa de biomassa e os 25% restantes a partir de um uso mais eficiente do gás e a utilização de seus excedentes para a produção de hidrogênio”.

Ignacy Sachs: “Se há um país onde a saída da civilização do petróleo é possível, esse país é o Brasil”



Outro estudo destacado por Sachs é um relatório publicado em conjunto pelos Departamentos de Agricultura e de Energia dos EUA. O documento diz ser possível para os EUA tornarem-se independentes da importação de petróleo em 25 anos, graças a um gigantesco programa de produção de biocombustíveis, que envolveria 1 bilhão de toneladas de biomassa por ano. Essa estratégia é baseada na produção do etanol celulósico a partir de todos os tipos de resíduos vegetais.

PIONEIRISMO

Diante desse panorama internacional, o Brasil se destaca pelo pioneirismo dos 30 anos de uso do álcool como combustível. O interesse internacional no caso brasileiro é duplo, segundo Sachs: “Para entender melhor a experiência brasileira e pelo interesse dos países industrializados num eventual mercado internacional de etanol, transformado numa ‘commodity’ a ser comprada barato nos países do Sul para alimentar os veículos dos países do Norte”.

**SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, ACELERE
E SAIA NA FRENTE: TRANSFIRA SEU
PAGAMENTO PARA A NOSSA CAIXA E
CONCORRA A TRÊS CARROS ZERO KM 1.0!**

PROMOÇÃO VÁLIDA PARA OS SERVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
QUE SOLICITAREM A TRANSFERÊNCIA DE PAGAMENTO PARA A
NOSSA CAIXA ENTRE 1º DE SETEMBRO E 30 DE NOVEMBRO DE 2005.

INFORME-SE NAS
AGÊNCIAS DA NOSSA CAIXA.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo



No entanto, o pesquisador observou que não se deve reduzir a questão da saída da civilização do petróleo unicamente a desenvolvimentos tecnológicos como o incremento dos automóveis e a produção de um novo combustível. Para ele, o problema deve ser recolocado a partir da perspectiva de uma estratégia energética bem mais ampla, onde a variável principal é aquela energia menos ou não-poluente e muitas vezes a mais barata, ou seja, aquela energia que se deixa de consumir. “É preciso discutir estilos de vida, substituição do transporte individual pelo coletivo, a feição futura das cidades, entre muitas outras coisas.”

Sachs não concorda também com a visão dos biocombustíveis como “commodities”, produzidos por monoculturas voltadas essencialmente à eficiência econômica do processo: “Temos de situar os biocombustíveis dentro de um quadro mais amplo, da civilização moderna da biomassa. Se estamos realmente entrando na fase final da civilização do petróleo, podemos dizer que estamos saindo de um interlúdio de vários séculos, dominados primeiro pelo carvão e depois pelo petróleo, e voltando para a energia solar captada pela biomassa. Nessa nova fase, as conquistas da ciência, em particular da biotecnologia, devem ocupar um lugar cada vez mais importante. A civilização da biomassa permite produzir alimentos para o homem, forragem para os animais, materiais de construção, adubos verdes, biocombustíveis, matérias primas industriais, fibras, plásticos, fármacos e cosméticos”.

ALIMENTOS E ENERGIA

As opiniões divergem quanto ao uso de solos cultiváveis: uma corrente de ambientalistas acredita que haverá falta de solos; já a FAO considera que, sobretudo na América Latina e na África, são utilizados apenas um quinto dos solos cultiváveis. Para Sachs, esse tema deve ser discutido não sob o ponto de vista de justaposição de monoculturas, mas sim tendo em vista um sistema integrado de produção de alimentos e energia. “Além disso, deve-se introduzir nesse debate aquilo que os agrônomos franceses chamam de revolução duplamente verde e o agrônomo indiano Monkombu Sambasivan Swaminathan chama de ‘ever-green revolution’, a segunda geração da revolução verde, com uma cultura que busque rendimentos razoáveis mas em harmonia com o ambiente e preocupada com os pequenos agricultores.”

Na opinião do pesquisador, a mudança para a civilização da biomassa permitirá atacar grandes problemas do século 21, entre os quais o maior e mais difícil problema social: a falta de trabalho decente para todos. “É totalmente absurdo pensar o futuro deste século sem pensar no problema do desenvolvimento rural. Os pequenos agricultores e suas famílias correspondem a 2,5 bilhões de pessoas. Não dá para jogar toda essa gente nas favelas. Se isso acontecer, vamos ter de lidar com uma tragédia de proporções inéditas.”

“Se há um país onde a saída da civilização do petróleo é possível, num período de 20, 30 anos, para a construção de uma civilização moderna de biomassa, esse país é o Brasil”. Sachs justificou essa opinião ao relacionar os componentes brasileiros favorecedores da mudança de civilização: a maior reserva de biodiversidade, enorme

quantidade de terras cultiváveis, climas variados, dotação de recursos hídricos entre ótima e razoável na maioria das regiões, pesquisa agrônoma e biológica de categoria internacional e indústria capaz de produzir equipamentos para a produção de etanol e biodiesel.

O fato de o País praticamente ter chegado à auto-suficiência em petróleo não significa que não deva avançar na substituição do combustível sempre que possível. Trocado pelo álcool, que é mais barato, o petróleo pode ser vendido nos mercados mundiais, argumentou. “E como o Brasil tem essa inovação que é o motor flex, nada impede que se avance rapidamente na área do etanol.”

BIODIESEL

Ele considera a situação mais complicada quando o assunto é o biodiesel: “Estão sendo analisados 13 ou 14 óleos diferentes. É evidente que o País precisará de estratégias diferenciadas por biomas, com um tipo de óleo no Trópico Úmido, outro no Semi-Árido e um terceiro no Cerrado. Certamente o óleo de dendê aparece como uma alternativa bastante interessante para o Trópico Úmido. Há até uma experiência estrangeira muito bem sucedida como parâmetro: a reforma agrária da Malásia, baseada na produção de óleo de dendê”.

Sach descreveu uma proposta de reforma agrária para regiões da Amazônia em estudo há alguns anos: numa cooperativa de 500 famílias, cada uma receberia 10 hectares para dendê e outros 10 hectares para atividades agroflorestais e pequenas lavouras de subsistência; cada vez que fossem atingidos 5 mil hectares de dendê, uma indústria nacional construiria uma usina de esmagamento, com as seguintes condições: fornecimento das mudas, assistência técnica, exclusividade de compra e pagamento por um preço correspondente a um percentual do preço mundial do óleo.

Estudos demonstraram que 10 hectares de dendê dão emprego a um homem para o ano todo. Os outros 10 hectares propiciam um ou dois empregos para outros membros da família. E um conjunto de 500 famílias possibilita o surgimento de uma vila agroindustrial com empregos de vários tipos.

No Semi-Árido as opções devem ser diferentes: “Em vários Estados do Nordeste é provável que a escolha recaia sobre a mamona, na qual o Brasil já tem experiência, pois durante muitos anos essa cultura esteve vinculada à produção industrial”. 

A segunda parte do dossiê sobre a Amazônia

Sumário do nº 54

Editorial

Dossiê Amazônia Brasileira II

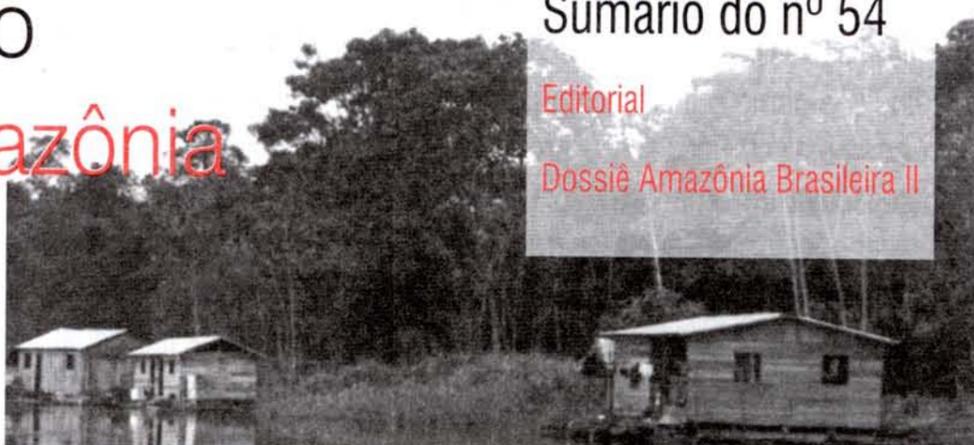
No início de outubro, foi lançado o nº 54 da revista "Estudos Avançados", que traz a segunda parte do dossiê "Amazônia Brasileira". Segundo Alfredo Bosi, editor da revista, essa segunda parte procura completar e, em alguns aspectos, aprofundar a matéria da primeira.



O objetivo foi avançar em três direções: retomar temas amplos e problemas de interesse permanente, como o conhecimento do ecossistema em transformação, a defesa da biodiversidade da região e a questão fundiária que afeta toda a economia da Amazônia; direcionar o foco para determinadas áreas em que a dimensão social é nuclear, como a pesca sustentável, a reserva Mairauá, os processos de ocupação em fronteiras e a Zona Franca de Manaus; dar o necessário relevo à memória das instituições científicas nacionais e internacionais que vêm, há décadas, pesquisando os múltiplos aspectos da região.

Na seção cultural do dossiê, há poemas de 12 poetas paraenses de várias épocas e estilos, selecionados pelo filósofo Benedito Nunes, e o conto "Rauménirrouds", de Alberto Martins. Ainda nela, Isidoro Alves escreve sobre a devoção no Círio de Nazaré e Márcia Jorge Aliverti analisa as interpretações das canções amazônicas de Waldemar Henrique. A edição é completada com artigo sobre as instituições de pós-graduação brasileiras e quatro textos sobre história cultural.

A edição tem 462 páginas e custa R\$ 30,00. O preço da assinatura anual (três edições) é R\$ 80,00. Informações sobre todas as edições, onde comprar exemplares da revista e assiná-la e formas de pagamento podem ser obtidas em www.usp.br/iea/revista ou pelo e-mail estavan@usp.br e telefones (11) 3091-3919 e 3091-4442. ^A



- Padrões e Processos de Ocupação nas Novas Fronteiras da Amazônia: o Interflúvio do Xingu/Iriri - Maria Isabel Sobral Escada et al.
- Forças de Transformação do Ecossistema Amazônico - Antonia Ferreira e Enéas Sallati
- Amazônia Socioambiental - Sustentabilidade Ecológica e Diversidade Social - Débora Lima e Jorge Pozzobon
- A Questão Fundiária na Amazônia - Violeta Refkalefsky Loureiro e Jax Nildo Aragão Pinto
- Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil - José Seráfico e Marcelo Seráfico
- Amazônia: como Aproveitar os Benefícios da Destruição? - Alfredo Kingo Oyama Homma
- Cenários de Desmatamento para a Amazônia - Britaldo Silveira Soares-Filho et al.
- Estratégias para Evitar a Perda de Biodiversidade na Amazônia - Ima Célia Guimarães Vieira, José Maria Cardoso da Silva e Peter Mann de Toledo
- Sustentabilidade da Pesca na Amazônia - Geraldo Mendes dos Santos e Ana Carolina Mendes dos Santos
- A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mairauá - Helder Queiroz
- A Cooperação Científica Internacional na Amazônia - William Gama e Léa Velho
- A Intervenção do Ambientalismo Internacional na Amazônia - Rosineide Bentes
- A História dos Institutos de Pesquisa na Amazônia - Priscila Faulhaber

Cultura

- Meus Poemas Favoritos de Ontem & Hoje - Benedito Nunes
- Uma Visão sobre a Interpretação das Canções Amazônicas de Waldemar Henrique - Márcia Jorge Aliverti
- A Festiva Devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré - Isidoro Alves
- Rauménirrouds (conto) - Alberto Martins

Ensino Superior

- Qualidade e Diversidade Institucional na Pós-Graduação Brasileira - João Steiner

História Cultural

- Inteligibilidade Racional e Historicidade - Michel Paty
- Modelos de Engajamento - Roberval de Jesus Leone dos Santos
- A Sociologia da Literatura de Lucien Goldmann - Celso Frederico
- Por que uma Convenção sobre a Proteção da Diversidade Cultural? - Antonio Dayrell de Lima

informativo

ie] ^A

ano XVII
nº 79
set. out
2005

Universidade de São Paulo
Reitor
Adolpho José Melfi
Vice-Reitor
Hélio Nogueira da Cruz

Instituto de Estudos Avançados
Conselho Deliberativo
João Steiner (diretor)
Alfredo Bosi (vice-diretor)
Ana Lydia Sawaya
Celso Grebogi
César Ades
Hernan Chaimovich
Luís Nassif
Yvonne Mascarenhas

Redação e Edição

Mauro Bellesa (MTb-SP 12.739),
mbellesa@usp.br

Endereço

Travessa J, 374, térreo, Cidade
Universitária, 05508-900, São Paulo,
SP, telefones (11) 3091-3919 e
3091-4442, fax (11) 3031-9563,
iea@usp.br

Editoração Eletrônica e Fhotolitos
Interativa Soluções Gráficas

Impressão

Coordenadoria de Comunicação
Social da USP

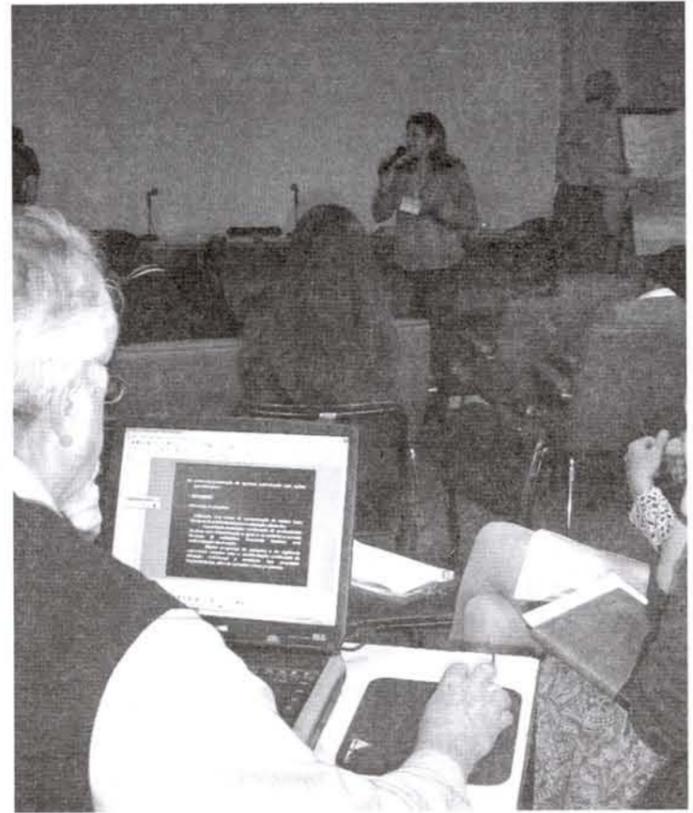
O desafio da desnutrição

Desenvolvimento de programas de educação nutricional nas escolas, capacitação de profissionais de saúde, coleta e consolidação dos dados sobre saúde e nutrição, levantamento das iniciativas de sucesso e definição de estratégias de comunicação foram algumas das propostas resultantes da oficina “Diagnóstico e Soluções dos Problemas Alimentares e Nutricionais no Brasil: Formando Parcerias”, organizada pelo Grupo de Estudos de Nutrição e Pobreza do IEA no início de agosto. O encontro teve a participação de pesquisadores de várias universidades, representantes de ministérios e integrantes de organizações não-governamentais.

Foi definido um conjunto de propostas prioritárias para a solução dos problemas nutricionais enfrentados pelo Brasil, caracterizados pela má nutrição e insegurança alimentar na infância e o aumento da incidência das doenças crônicas não-transmissíveis em adultos, especialmente nas populações mais pobres. As propostas são:

- integrar educação e saúde através do desenvolvimento de programas de educação nutricional na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio; capacitação e educação nutricional para pessoal de nível técnico e superior, especialmente na área da saúde, e agentes comunitários, considerando-se hábitos alimentares e alimentos disponíveis de cada região;
- estimular estudantes de graduação e pós-graduação a encontrar, nas suas áreas de atuação, caminhos para enfrentar a problemática alimentar e nutricional do País, procurando explorar o potencial do pensamento transdisciplinar;
- viabilizar e divulgar mecanismos para a difusão de experiências de êxito na área de educação nutricional e desenvolver estratégias de comunicação direcionadas à mídia e a públicos específicos; valorizar projetos de educação em nutrição e saúde em rádios comunitárias;
- realizar pesquisas para levantamento e consolidação das informações sobre saúde e nutrição disponíveis no Brasil, tais como os dados do IBGE, indicadores sociodemográficos e socioeconômicos etc.; desenvolver instrumentos de monitoramento da situação nutricional e alimentar no Brasil, especialmente na população de baixa renda;
- dar continuidade aos encontros e à organização de eventos entre os integrantes da oficina;
- formação de centros de referência em educação nutricional e promoção da alimentação saudável, com atenção especial às crianças desnutridas;
- desenvolvimento de ações regionalizadas a partir da ação dos integrantes da oficina.

No que se refere às preocupações educacionais e às estratégias de comunicação, foi proposto que essas questões sejam objeto de um fórum específico. Verificou-se também a necessidade de um fórum para mapeamento e conhecimento das muitas iniciativas desenvolvidas pelo governo e sociedade civil, sobretudo no que se refere à promoção da alimentação saudável. Sugeriu-se ainda que o governo, em parceria



Oficina definiu propostas e ações práticas para o combate à desnutrição

com universidades, realize encontros regionais e depois um encontro nacional sobre a temática da nutrição e alimentação. Destacou-se ainda a necessidade de aprofundamento do conhecimento de metodologias nos campos da psicologia, sociologia e antropologia para educação nutricional e mudanças de comportamento, áreas em que os profissionais da saúde têm pouco conhecimento. Outra iniciativa sugerida foi a criação de um prêmio, para a divulgação de experiências de sucesso e a articulação de atores.

Como diretriz de trabalho, enfatizou-se que as ações devem privilegiar o início da vida, pois medidas para o combate à má alimentação nessa fase levam à melhoria da saúde em todo o ciclo de vida do indivíduo e são muito mais efetivas, de baixo custo e duradouras. Todavia, a educação nutricional deve ser considerada como um dos componentes do desenvolvimento comunitário, que exige técnicas diversas, ações multidisciplinares e conhecimento das estratégias de sobrevivência e da realidade da população de baixa renda.

Destacou-se a ênfase que o grupo do IEA dá à criação de centros de referência como forma de integração e difusão de conhecimentos e também como meio para a realização de ações práticas. Um exemplo de ação do grupo é a solicitação para que o Ministério da Saúde implante portaria que institucionaliza o tratamento de crianças desnutridas em regime de hospital-dia. ^A

Impactos das mudanças globais

na América do Sul

De 6 a 10 de novembro, no Blue Tree Convention Ibirapuera, São Paulo, o IEA realiza a II Conferência Regional sobre Mudanças Globais: América do Sul. Os objetivos do encontro são: discutir os estudos sobre as causas, magnitude e conseqüências das mudanças globais; apresentar um balanço das atividades sobre o subcontinente do Programa Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP) e do Instituto Interamericano para Pesquisas em Mudanças Globais (IAI); reunir conhecimento e sugestões para ações dos comitês nacionais, órgãos governamentais e ONGs dos países sul-americanos.

Os temas do evento incluem, entre outros, mudança climática regional e ecossistemas terrestres e aquáticos; impacto do uso do solo e aquecimento global nas mudanças climáticas regionais; modelagem do clima regional e da evolução dos ecossiste-

mas; e implicações das mudanças globais na economia, sistema agroalimentar e saúde.

O evento tem o apoio científico da Academia Brasileira de Ciências, IEE/USP, IIE, Inpe, IPT, Associação dos Pesquisadores do LBA, Sociedade Brasileira de Meteorologia e Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Os patrocinadores são a Petrobras e a Eletrobrás, com apoio do BNDES, Fapesp, Capes, CNPq, CBMM e IAI. A organização é da Acquaviva Produções & Promoções.

As taxas de inscrição (até 4 de novembro) são: estudantes, R\$ 40,00; docentes e pesquisadores de instituições públicas, R\$ 150,00; profissionais da área privada, R\$ 400,00. Para mais informações e inscrições, consulte www.acquaviva.com.br/mudglobais. ^A

